

Inflação desacelera, mas contribuirá pouco para a estabilidade da economia

por Marilia Stabile
de São Paulo

O governo poderá conseguir uma pequena vitória em termos de índice de inflação nos próximos dias, que, entretanto, deverá ser atropelada por uma agenda carregada de pressões. Essa, difícil de ser aliviada em seus aspectos políticos com reflexos negativos sobre o desempenho da economia.

O Índice Geral de Preços encomendado pelo mercado financeiro (IGP-M), do mês de agosto, que poderá ser divulgado hoje pela Fundação Getúlio Vargas, não deverá causar o mesmo impacto negativo quando foi conhecido o resultado de 13,22% de julho. Especialistas em índices estimam um resultado em torno dos 15%. Se confirmada essa taxa, ainda que elevada, ela vai mostrar que caiu expressivamente a velocidade dos reajustes de preços.

Analisando os números, o salto do IGP-M de junho (8,48%) de 4,74 pontos que tanto surpreendeu em relação ao de julho (13,22%) deve cair para algo em torno de 2 pontos. O IGP-M será o primeiro índice do mês a ser conhecido. Em seguida, na próxima segunda-feira, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (Fipe) divulga sua inflação da terceira quadrissemana do mês. Essa, também, deverá confirmar que os preços crescem, mas num ritmo menos acelerado, garantindo que ao final do mês o resultado final se situe em torno dos 14%.



Heron do Carmo

Confirmados esses números, eles poderão permitir uma leitura mais objetiva da recente elevação das taxas de juro. Ao invés da versão de que as taxas puxadas pelo Banco Central (BC) sinalizavam uma inflação muito acima das expectativas — em torno de 18% para setembro —, poderá ser melhor aceita a ideia de que as autoridades pretendem mesmo manter juros compatíveis com o objetivo de manter os cruzados novos no sistema financeiro e não a caminho do consumo dos ativos de risco. Nesse caso as estimativas de inflação de setembro se situariam em torno de 16%.

"Os dados da aceleração de preços de que dispomos não mostram uma evolução compatível com essas taxas de juro, ao contrário, a taxa da inflação desacelera da segunda quinzena "observou o coordenador adjunto do cálculo da FI-

PE, Heron do Carmo. O alívio com a desaceleração poderá ser, no entanto, passageiro.

Os resultados a partir da primeira semana de setembro é que deverão sinalizar se o "nervosismo vivido pelo mercado financeiro não foi passado de fato para o setor produtivo", observa o ex-diretor do IBGE e atual diretor do Banco Marka, Francisco de Assis.

A questão é saber se rapidamente esses juros altos viram preço, um movimento que produz mais inflação num primeiro momento e em seguida, com as restrições ao crédito, desacelera novamente o sistema produtivo, se ocorrer, será num momento particularmente favorável à sustentação do nível da demanda não só pelos cruzados que entram, mas também pela inevitável indexação dos salários em discussão (ver páginas 12 e 15), e a concentração de dissídios e reajustes do funcionalismo público.

Nesse aspecto, os economistas se dividem, mas concordam com a nova fonte de tensão: chamado "emenda" e a reação da sociedade (ver página 12). O economista da Fipe resalta que "poderá haver cautela das empresas em captar com juros nesses níveis, que podem oscilar posteriormente para baixo". A automaticidade do juro alto virando preço pode ser até mais um argumento das empresas para justificar um fato concreto: a forte recuperação de margens empreendida pelos agentes econômicos lo-

go após a liberação dos preços (ver matéria abaixo).

"O governo está usando o único instrumento que tem que é a política monetária, com juros altos. Esse custo a mais vai bater nos índices de setembro e outubro", analisa o ex-assessor econômico do ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, Yoshiaki Nakano. A tentativa das empresas em repassar esse custo não é descartada pelo ex-assessor do ex-ministro Maílson da Nóbrega, Claudio Adilson Gonzales, que, no entanto, lembra que "a demanda poderá em parte reduzir esse ímpeto".

Gonzales contudo, ressalta a agenda carregada de pressões desestabilizadoras que está por vir. Num primeiro plano as dificuldades de ordem política de aceitação do "emenda". Aguarda-se para as próximas semanas uma reação mais violenta do empresariado em relação a dois pontos estratégicos: o fim da anuidade dos impostos e do sigilo bancário.

Reforçando as preocupações, todos os economistas tomam como inevitável algum tipo de indexação salarial que neutralizará as últimas medidas de contração do nível de atividade que já podem ter virado preço e inflação.

O desfecho desse quadro, apontam alguns dos economistas, será mais um grupo de medidas no perfil de um choque, já que "um pacto é difícil com a qualidade das nossas elites, mas preocupadas em garantir sua própria sobrevivência", destacou Nakano.